

Márcia Moreira de Araújo
Carlos Jordan Lapa Alves
(Organizadores)

EDUCAÇÃO: MINORIAS, PRÁTICAS E INCLUSÃO 2



Atena
Editora
Ano 2021

Márcia Moreira de Araújo
Carlos Jordan Lapa Alves
(Organizadores)

EDUCAÇÃO: MINORIAS, PRÁTICAS E INCLUSÃO 2



Atena
Editora
Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfnas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lillian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lillian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Educação: minorias, práticas e inclusão 2

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores: Marcia Moreira de Araújo
Carlos Jordan Lapa Alves

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 Educação: minorias, práticas e inclusão 2 / Organizadores
Marcia Moreira de Araújo, Carlos Jordan Lapa Alves. –
Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-034-3

DOI 10.22533/at.ed.343211805

1. Educação. I. Araújo, Marcia Moreira de
(Organizadora). II. Alves, Carlos Jordan Lapa (Organizador).
III. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Neste momento contemporâneo e avassalador, que minimiza nossa potência de agir, esse livro é um “respirar leve”, e traz consigo outras possibilidades de pensar, fazer e viver a educação neste contexto que inclui e reverbera liberdades e multiplicidades do agir democrático, fora dos padrões colonizados em nossas mentes por séculos.

Inspirados em nossos estudos, temos a urgência em entender como que uma sociedade inteira não se reduz a vigilância e propõe micro-liberdades individuais e coletivas. Junto a Certeau(1994) , problematizamos neste espaço: “que procedimentos populares (também minúsculos e cotidianos) jogam com os mecanismos da disciplina e não ser para alterá-los? Que táticas e artes de fazer engendram nas tramas da vida que formam uma contrapartida, do lado dos consumidores (ou “dominados”), dos processos silenciados que organizam as micropolíticas e formam as subjetividades diversas?

Eis, portanto, nossa grande missão neste livro: propiciar momentos, debates, críticas e litigar com poderes que permeiam o campo educacional tornando-o tradicional, excludente e retrogrado. A educação do presente não pode e não deve ser desconectada da realidade social, da diversidade étnica, de gênero, religiosa e de crença que a sociedade vive. Talvez, essa seja a hora de derrubar os muros que ergueram em volta das escolas para que este lugar seja de todos e todas.

Pensar raça, gênero, sexualidade, exclusão, inclusão, feminismo, machismo e interseccionalidade no contexto escolar é obrigação de educadores e educadoras neste momento histórico no qual as bases democráticas estão constante tensão. Não cabe a escola e aos professores o papel de agente passivo, mas ações veementes e fortes a favor da luta pela igualdade, equidade e qualidade educacional para todas as crianças de todas as crenças.

Em um país onde as Casas de Leis perdem tempo propondo projetos para inibir e coibir o fazer docente, por exemplo, projeto de Lei 4893/20 que busca criminalizar professores que debatem assuntos ligados a gênero e sexualidade, a balança do poder deve agir criando reações de contrapoder: ao silêncio o barulho, a ordem a desordem, a punição a revolta. Nunca cabe a um docente o papel de submissão, mas ação, a criticidade.

Esperamos que o leitor, ou a leitora, faça produções fecundas e inventivas a partir desta proposição de textos que apresentam uma subversão no espaço educativo nos múltiplos modos de aprendizagens. Desejamos que as apostas sejam a captura do que escapa dos modos imperativos de educação, e que as possibilidades de invenção e criação reverberem na prática docente por uma educação mais condizente com o que a humanidade vem liberando como demandas sociais.

Desejamos uma excelente aventura literária e formativa!

Marcia Moreira de Araújo
Carlos Jordan Lapa Alves

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

ENSINO HÍBRIDO: *PODCAST* COMO INSTRUMENTO AUXILIATÓRIO DE PREPARAÇÃO PARA O ENEM

Lucas Antonio Xavier
Bruna Carraro de Oliveira
Chirlei de Fátima Rodrigues
Ruanna Bourguignon Gava Ribeiro
Luzinete Louzada Bianchi Kahowec
Simone Vieira Sant'Anna Fardim
José Izaias Moreira Scherrer Neto
Luciano Carneiro Cardozo
Unir Andrade Rabelo Júnior

DOI 10.22533/at.ed.3432118051

CAPÍTULO 2..... 15

A AVALIAÇÃO DE ALUNOS SURDOS EM ESCOLAS COMUNS: UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS E INSTRUMENTOS AVALIATIVOS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM

Zanado Pavão Sousa Mesquita
Marcella Arraes Castelo Branco
Elenice de Alencar Silva

DOI 10.22533/at.ed.3432118052

CAPÍTULO 3..... 28

A DIFERENÇA COMO CARACTERÍSTICA FUNDAMENTAL: UMA EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Felipe Miranda Zanetti

DOI 10.22533/at.ed.3432118053

CAPÍTULO 4..... 40

A EDUCAÇÃO BÁSICA ENQUANTO DIREITO SOCIAL: UM PANORAMA HISTÓRICO A PARTIR DAS LDBENs BRASILEIRAS

Miguel Rodrigues Netto

DOI 10.22533/at.ed.3432118054

CAPÍTULO 5..... 54

A DANÇA COMO INSTRUMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Ana Carolina Nascimento Lira
Roseli Fernandes Lins Caldas

DOI 10.22533/at.ed.3432118055

CAPÍTULO 6..... 65

A EDUCAÇÃO DE ÓRFÃOS NAS MINAS COLONIAIS: ESTRATÉGIAS EDUCATIVAS CONFORME O SEXO DOS TUTORES E TUTELADOS

Leandro Silva de Paula

DOI 10.22533/at.ed.3432118056

CAPÍTULO 7	78
A IMPORTÂNCIA DA INCLUSÃO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO ENSINO REGULAR	
Janaina Ribeiro Pireda Teixeira Lima	
DOI 10.22533/at.ed.3432118057	
CAPÍTULO 8	90
A LINGUAGEM ADAPTATIVA: ROMPENDO BARREIRAS NO PROCESSO DE INCLUSÃO	
Antonia Diniz	
Valdirene Nascimento da Silva Oliveira	
César Gomes de Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.3432118058	
CAPÍTULO 9	101
A NOVA RACIONALIDADE TÉCNICA DO TRABALHO DO PEDAGOGO NA ESCOLA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ: POSSIBILIDADES E LIMITES	
Clarice Schneider Linhares	
Laurete Maria Ruaro	
DOI 10.22533/at.ed.3432118059	
CAPÍTULO 10	112
A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NO ENSINO SUPERIOR	
Rodrigo Parras	
Elaine Cristina da Silva Zanesco	
Márcia Aparecida Amador Mascia	
DOI 10.22533/at.ed.34321180510	
CAPÍTULO 11	125
A PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL ACERCA DA DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	
Mirna Cristina Silva Pacheco	
Cristina Maria Carvalho Delou	
Ediclea Mascarenhas Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.34321180511	
CAPÍTULO 12	133
A SUBSTANCIALIDADE DA SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO: IMPACTOS NA SAÚDE MENTAL E TRANSGRESSÃO DA LGBTFOBIA	
Glauber Carvalho da Silva	
Letícia da Silva Paz	
DOI 10.22533/at.ed.34321180512	
CAPÍTULO 13	144
ADVOCACY, COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA SOBRE A TUBERCULOSE	
Raimunda Hermelinda Maia Macena	
Liandro da Cruz Lindner	
Carla Patrícia Almeida	

José Carlos Veloso Pereira da Silva
Antonio Ernandes Marques da Costa
Neide Gravato da Silva
Giselle Raquel Israel
Ezio Távora dos Santos Filho

DOI 10.22533/at.ed.34321180513

CAPÍTULO 14..... 156

A POLÍTICA PÚBLICA DO SISTEMA DE PROTEÇÃO ESCOLAR DA SEE/SP: ANÁLISE DO CASO DA DIRETORIA DE ENSINO REGIÃO DE TAQUARITINGA

Paulo Cesar Cedran
Chelsea Maria de Campos Martins

DOI 10.22533/at.ed.34321180514

CAPÍTULO 15..... 166

AUTISMO E EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA PARCERIA DOCENTE x DISCENTE

Elizabeth R. O. Pereira
Edicléa Mascarenhas Fernandes
Franklin José Pereira
Nathalia R. O. Habib Pereira
Victor R. O. Habib Pereira

DOI 10.22533/at.ed.34321180515

CAPÍTULO 16..... 177

AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA COMO FERRAMENTA DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Maria Aparecida de Oliveira Lage
Urbano da Silva Batista
Leidiane Chaves da Cruz
Valdeis Correa Baiense
Lúbia Mara Carvalho Costa Teixeira

DOI 10.22533/at.ed.34321180516

CAPÍTULO 17..... 190

AVALIAÇÃO ESCOLAR PARA ALUNOS ESPECIAIS: IMPORTÂNCIA DA IMPLEMENTAÇÃO E UTILIZAÇÃO DA SALA DE RECURSOS PEDAGÓGICOS

Anelise Kologeski

DOI 10.22533/at.ed.34321180517

CAPÍTULO 18..... 204

DESAFIOS E LIMITAÇÕES ÀS PRÁTICAS EDUCATIVAS EM ESTABELECIMENTO PRISIONAL

Maria do Carmo Soares de Almeida
Susana Henriques

DOI 10.22533/at.ed.34321180518

CAPÍTULO 19.....	214
CONFEÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS ADAPTADOS SOBRE PROPRIEDADES ESPECÍFICAS DA MATÉRIA PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA VISUAL	
Aires da Conceição Silva	
Ana Paula Bernardo dos Santos	
Ana Paula Sodré da Silva Estevão	
Anne Caroline da Silva Rocha	
Matheus Silva de Oliveira	
Thamiris Pereira Cid	
Vanessa de Souza Nogueira Penco	
DOI 10.22533/at.ed.34321180519	
CAPÍTULO 20.....	233
DESIGUALDADES EDUCACIONAIS E PARTICIPAÇÃO FAMILIAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO CONTEXTO DA PANDEMIA	
Gilca Janiele Pereira da Silva	
Mirian Nunes de Carvalho Nunes	
Tyla Mendes Ricci	
DOI 10.22533/at.ed.34321180520	
CAPÍTULO 21.....	244
DIÁLOGOS ENTRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E VIGOTSKI: A MEDIAÇÃO E O PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR DE UM ESTUDANTE COM SÍNDROME DE ASPERGER	
Rochele Karine Marques Garibaldi	
Gabriella Carvalho Motta	
Lavine Rocha Cardoso Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.34321180521	
CAPÍTULO 22.....	260
EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS COMO ALTERNATIVA À DOCTRINA DO CHOQUE	
Geziela Iensue	
Gabrielly Carvalho Alves	
Karoline Santana	
DOI 10.22533/at.ed.34321180522	
CAPÍTULO 23.....	273
EDUCAÇÃO INCLUSIVA: SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS E SEU PAPEL NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	
Karina Edilaini da Silva Barros	
DOI 10.22533/at.ed.34321180523	
CAPÍTULO 24.....	280
A "EX-POSIÇÃO" NA EDUCAÇÃO DE SURDOS: A COOPERAÇÃO COMO PROCESSO DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO	
Nathalia Castro dos Santos	
Edmar Reis Thiengo	
DOI 10.22533/at.ed.34321180524	

CAPÍTULO 25	301
INCLUSÃO DO ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO ENSINO SUPERIOR: OS DESAFIOS DESSA PRÁTICA	
Rosangela Teles Carminati Soares	
Andreia Nakamura Bondezan	
Eliane Pinto de Góes	
DOI 10.22533/at.ed.34321180525	
CAPÍTULO 26	314
INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO COM SÍNDROME DE <i>DOWN</i> : DESAFIOS, AVANÇOS E LEGISLAÇÃO	
Marli Ferreira de Carvalho Damasceno	
Raqueline Castro de Sousa Sampaio	
DOI 10.22533/at.ed.34321180526	
CAPÍTULO 27	328
E VIVERAM FELIZES MATEMATICANDO COM O AUXÍLIO DO <i>MOUSEKEY</i> PARA SEMPRE...	
Leonice Elci Rehfeld Nuglisch	
Deise Maria Kaszewski Meneguello	
DOI 10.22533/at.ed.34321180527	
SOBRE OS ORGANIZADORES	334
ÍNDICE REMISSIVO	335

INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO COM SÍNDROME DE DOWN: DESAFIOS, AVANÇOS E LEGISLAÇÃO

Data de aceite: 01/05/2021

Data da submissão: 06/04/2021

Marli Ferreira de Carvalho Damasceno

Instituto Federal do Piauí
Paulistana-PI

<http://lattes.cnpq.br/6463550034616342>

Raqueline Castro de Sousa Sampaio

Instituto Federal do Piauí – IFPI
Paulistana – PI

<http://lattes.cnpq.br/9953673055971067>

RESUMO: Este trabalho tem como temática a inclusão do aluno com Síndrome de Down no contexto escolar. O objetivo geral do estudo é compreender como ocorre a educação inclusiva da criança com Down no ensino escolar. Os objetivos específicos são: fazer uma contextualização histórica e social das pessoas com necessidades especiais; analisar a participação da família e da escola no processo de inclusão escolar de crianças com S.D; Conhecer as políticas públicas e legislação voltadas para a educação inclusiva no cenário brasileiro. Como procedimentos metodológicos, utilizamos uma pesquisa bibliográfica com levantamentos de estudos acadêmicos sobre o tema e da legislação vigente no país da educação inclusiva. As referências consultadas permitiram constatar que a inclusão escolar de crianças com Síndrome de Down é um processo fundamentalmente importante, uma vez que seus direitos estão garantidos na Constituição Federal

brasileira. Também constatamos que, apesar dos diversos avanços na legislação, ainda há muitos desafios para a inclusão escolar desse público. A literatura que subsidiou o tema baseou-se em autores como: Sassaki (2007), Alves & Pacheco (2007), Sacristán (2017). Percebe-se, então, que há diversos desafios no que concerne à temática e que é essencial se pensar em um processo de inclusão mais efetivo para a criança com Síndrome de Down no ensino formal, pois no contexto de violação de direitos, é de extrema importância a construção de estratégias de enfrentamento dessa questão.

PALAVRAS - CHAVE: Síndrome de Down. Inclusão Escolar. Legislação.

ABSTRACT: This work has as its theme the inclusion of students with Down Syndrome in the school context. The general objective of the study is to understand how inclusive education of children with Down syndrome occurs in school education. The specific objectives are: to provide a historical and social context for people with special needs; analyze the participation of the family and the school in the process of school inclusion of children with S.D. To know public policies and legislation aimed at inclusive education in the Brazilian scenario. As methodological procedures, we used a bibliographic research with surveys of academic studies on the theme and the current legislation in the country of inclusive education. The references consulted showed that the school inclusion of children with Down Syndrome is a fundamentally important process, since their rights are guaranteed in the Brazilian Federal Constitution. We also found that, despite several

advances in legislation, there are still many challenges for the school inclusion of children with down. The literature that supported the theme was based on authors such as: Sasaki (2007), Alves & Pacheco (2007), Sacristán (2017). It is clear, then, that there are several challenges with regard to the theme and that it is essential to think about a more effective inclusion process for children with Down Syndrome in the school context, because in the context of violation of rights, it is extremely importance of building strategies to face this issue.

KEYWORDS: Down syndrome. School inclusion. Legislation.

1 | INTRODUÇÃO

A educação inclusiva no Brasil ainda apresenta-se como um desafio para a área da educação, pois muitos são os questionamentos acerca desta modalidade. O que se sabe, de fato, é que vivemos em uma sociedade em que, muitas pessoas ainda tratam com preconceito as diferenças. É possível notar alguns esforços em relação à educação inclusiva, no que concerne a manutenção do direito do indivíduo a uma educação de qualidade, em todos os níveis de ensino.

Por conta do que foi mencionado, alguns objetivos foram elencados para o trabalho, dentre eles, o geral, que é compreender como ocorre a educação inclusiva da criança com Síndrome de Down no ensino regular. Os objetivos específicos foram: fazer uma contextualização histórica e social das pessoas com necessidades especiais; Caracterizar a S.D¹ pelo olhar da ciência; analisar a participação da família e da escola no processo de inclusão escolar de crianças com S.D; Conhecer as políticas públicas voltadas para a educação inclusiva no cenário brasileiro.

As pesquisas que fomentaram o que viria a ser chamado de Síndrome de Down surgiram em 1866, quando descrita por John Lanngdon Down, responsável pelo primeiro estudo específico a respeito da mesma. Antes disso, essas crianças eram consideradas incompetentes, um ser incapaz de aprender. Esse quadro ainda está presente no Brasil. Não somente isso, mas também há muita exclusão de diversos espaços, dentre eles, o escolar.

No que concerne à educação formal, a escola é o ambiente ideal para a construção de conhecimento, cultura e cidadania, e toda criança tem direito à educação, garantida na lei, conforme a Constituição Federal de 1998 e a Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional, 9394/96 (LDB, 1966).

1 SD – Síndrome de Down

2.1 INCLUSÃO SOCIAL E ESCOLAR DAS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

2.1 Contextualização histórica e social de pessoas com necessidades especiais

Para compreender a maneira como as pessoas com necessidades especiais são percebidas atualmente, faz-se necessário conhecer as diversas formas que elas foram tratadas ao longo da história pela sociedade.

Cada época institui, segundo os valores e costumes vigentes na sociedade, um conceito ou definição para as pessoas com alguma necessidade especial. Portanto, não há como definir um único termo que seja considerado definitivo. Segundo Sasaki (2007, p. 43):

[...] jamais houve ou haverá um único termo correto, válido definitivamente em todos os tempos e espaços, ou seja, latitudinal e longitudinalmente. A razão disso reside no fato de que em cada época são utilizados termos cujo significado seja compatível com os valores vigentes em cada sociedade enquanto esta evolui em seu relacionamento com as pessoas que possuem este ou aquele tipo de deficiência. A primeira nomenclatura a vigorar durante séculos foi a de “inválidos”. Romances, leis, mídias e outros meios mencionavam este termo, que significa “indivíduos sem valor”, considerados socialmente desprezíveis, profissionalmente inúteis. Em pleno século XX ainda era utilizado largamente pelas pessoas, mas sem sentido pejorativo.

Conforme visto acima, a primeira nomenclatura dada às pessoas com necessidades especiais foi bastante excludente e estigmatizante, pois tratava como inválida qualquer pessoa que não se enquadrava nos modelos estéticos vigentes.

Na Grécia Antiga, em que o corpo belo e forte era essencial para se sobressair socialmente, havia uma supervalorização do corpo, fazendo com que este público não tivesse valor social. Por consequência, as crianças que nasciam com alguma deformidade ou doença eram abandonadas a sua própria sorte para morrerem (ALVES & PACHECO, 2007).

Ainda conforme os autores mencionados acima, a partir do século I d.C, a pessoa com deficiência (nesse caso, usamos o termo específico colocado pelo autor) passa a ser vista como um ser humano, merecedor de cuidados. Após a Revolução Industrial, foram criadas as casas de apoio mantidas pela Igreja e por doações voluntárias de famílias caridosas para abrigá-las.

A partir do século XX, por volta de 1960, o termo usado era “incapacitados”, que significava “indivíduos sem capacidade” e que mais tarde passou para “indivíduos com capacidade residual”. Conforme coloca Sasaki (2007, p. 44):

Durante várias décadas, era comum o uso deste termo para designar pessoas com deficiência de qualquer idade. Uma variação foi o termo “os incapazes”, que significava “indivíduos que não são capazes” de fazer algumas coisas por causa da deficiência que tinham.

Ainda entre os anos 1960 a 1980, vigoravam termos como “os defeituosos”, “os deficientes” e “os excepcionais”. O primeiro significa “aqueles que possuem algum tipo de deformidade”. O segundo, “indivíduo com deficiência” física, mental, auditiva, visual ou múltipla, que o impedia de executar funções básicas da vida como andar, sentar-se, correr, tomar banho, ou seja, de uma forma diferente daquela como as pessoas tidas como normais faziam. O terceiro significava “indivíduos com deficiência mental”. Na visão de Sasaki (2007, p. 44):

A sociedade passou a utilizar estes três termos, que focalizam as deficiências em si, sem reforçarem o que as pessoas não conseguiam fazer com a maioria. Simultaneamente, difundia-se o movimento em defesa dos direitos das pessoas superdotadas (expressão substituída por “pessoas com altas habilidades”). O movimento mostrou que o termo “os excepcionais” não poderia referir-se exclusivamente aos que tinham deficiência mental, pois as pessoas com superdotação também são excepcionais por estarem na outra ponta da curva da inteligência humana.

A partir da década de 1990, até o início do século XXI, o termo que é utilizado é o de “pessoas com necessidades especiais”. Primeiramente, esta nomenclatura surgiu para substituir “deficiência”, depois, passou a ter significado próprio sem substituir o nome “pessoas com deficiência”. Este último termo ainda é utilizado atualmente.

2.2 As políticas públicas e a inclusão escolar de crianças especiais brasileiras

O artigo número 5º da Resolução CNE/CEB nº 2, de 11/9/01 (BRASIL, 2001) explica que as pessoas consideradas com necessidades especiais decorrem de três situações, uma das quais envolvendo dificuldades vinculadas a deficiências e dificuldades não-vinculadas a uma causa orgânica:

Uma pessoa que possui algumas limitações de ordem física, mental ou sensorial, sendo que apenas essa limitação a faz ser diferente de pessoas julgadas “normais”. É, antes de tudo, uma “pessoa”, que tem, entre seus atributos pessoais, falha em alguma das áreas visual, motora, auditiva, mental ou em mais de uma dessas áreas. É aquela que apresenta perda ou diminuição da capacidade: intelectual (DM), motora (DF), auditiva (DA), visual (DV) com conseqüente falha na adaptação a demandas da sociedade. Quando há dois tipos de deficiência associados, define-se como R múltipla.

Canguilhem (1995), fazendo um exame crítico de todos esses conceitos, afirma que a vida é normativa, institui normas. Assim, não existe normal ou patológico em si mesmo. O patológico não seria ausência de norma, mas outra norma, diferente da que foi instituída pelo gênero humano, como modelo exemplar de vida. Portanto, não se pode limitar a vida

humana a essa relação normal/patológico, pois, segundo ele, é preciso que as diferenças sejam levadas para além da deficiência.

No que concerne à Educação Especial, esta funcionou como um sistema paralelo e não como parte integrante do sistema regular de ensino, fato este que contribuiu para o surgimento de mitos, como o de que seria muito difícil trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais. Mitos como este foram sendo quebrados, e como afirma Bueno (2003), muitas foram as lutas empreendidas a favor das pessoas com necessidades especiais, lutas essas que surgiram a partir de concepções francesas, país esse que teve a primeira instituição de ensino inclusivo, projetado dentro da residência do médico Edward Seguin.

No caso brasileiro, Junior (2010) afirma que os movimentos sociais voltados para a defesa da pessoa com deficiência no século XX, especificamente na década de 1970, foram protagonizados por esse público e seus familiares. Percebe-se que nesse momento houve um avanço, tendo em vista que o contexto social da época era permeado pela exclusão social, isolamento e falta de autonomia das pessoas com deficiência nas decisões sobre suas vidas, existindo uma constante tutela dos familiares e instituições responsáveis.

Junior (2010) também coloca que na tentativa de romper com o paradigma da exclusão, surgiu o primeiro movimento de cunho político em defesa dos direitos sociais da pessoa com deficiência, cujo lema era “Nada sobre Nós sem Nós”, sendo o mesmo difundido internacionalmente.

Sem dúvida, os movimentos sociais que surgiram em defesa dos direitos sociais da pessoa com deficiência protagonizaram um momento único de construção de espaços de participação e cidadania, tendo como principal bandeira a defesa da sua autonomia enquanto sujeito integrante da sociedade e responsável pela construção histórica de sua realidade. Isso demonstra que a deficiência em si não impede qualquer pessoa de lutar por seus direitos, e que todos os indivíduos devem ser vistos dentro de uma visão de equidade social.

De acordo com a Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a Educação Especial é uma modalidade de educação oferecida na rede regular de ensino ou em escolas oficializadas para alunos com Necessidades Educacionais Especiais (PNEE). A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos. Durante a educação infantil, o atendimento educacional é feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

O conceito de educação sofreu influência do nativismo quando era entendido como o desenvolvimento das potencialidades interiores do homem, cabendo ao educador apenas exteriorizá-las, e do empirismo que era o conhecimento adquirido pelo homem através da experiência (MARTINS, 2004, p. 13).

Embora a Educação Especial no Brasil tenha ganhado um sentido mais sério no século XIX, o tema “inclusão” é considerado novo, tendo seu ápice a partir da década de 1990 e, segundo Mazzota (2021), sua história pode ser dividida em três períodos. O primeiro é caracterizado por iniciativas de caráter privado e corresponde à data de 1854 a 1956; o segundo é definido por ações oficiais de âmbito nacional, por volta de 1957 a 1993; e o terceiro caracterizado pelos movimentos em favor da inclusão escolar e que duram até os dias atuais.

As escolas de ensino regular, a partir da segunda metade do século XX, procuravam adotar seu modelo de ensino, inspirados pelos modelos usados nos Estados Unidos e pela Teoria da Carência. Esta, por sua vez, explicava o rendimento escolar observando as crianças e os seus diferentes níveis socioeconômicos e considerava que elas, as de camadas mais pobres, não possuíam a mesma aptidão para o aprendizado que as crianças de classe privilegiada (LIMA, 2005).

Falando sobre Educação Especial, Bueno (2003), assim como Mendes (2001), evidenciam, como marco no Brasil, a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos e do Instituto dos Surdos-mudos, na cidade do Rio de Janeiro. Devido a diversos conflitos, de cunho político, social, moral e econômico, estes institutos começaram a sofrer um processo de deterioração e foram deixando de existir à medida que se passavam os anos.

Embora se parecessem com os institutos parisienses, se diferenciavam por seu caráter assistencialista, ou seja, sua política de favorecimento. De acordo com Bueno (2003), enquanto os institutos brasileiros de educação especial cumpriam sua função de auxílio aos desvalidos, os parisienses mantinham como oficinas de trabalho.

Segundo relata Mendes (2006), desde o século XVI, a história da educação no Brasil vem sendo planejada. Nessa época, médicos e pedagogos já começavam a crer que aqueles indivíduos considerados ineducáveis poderiam ser educados. Porém, naquele momento, o cuidado era meramente de caráter assistencialista e institucionalizado, através de asilos e manicômios.

A Constituição Federal de 1988 tem como um dos seus objetivos fundamentais “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º inciso IV). Determina, no artigo 205, que a educação é um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, como um dos princípios para o ensino e, garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208).

No artigo 55 da Lei nº. 8.069/90, do Estatuto da Criança e do Adolescente, reforça a obrigatoriedade dos pais de matricularem os filhos na rede regular de ensino.

Além da iniciativa supracitada, a criação de documentos como a Declaração de Salamanca e a Declaração Mundial de Educação para Todos, na década de 1990, começou

a influenciar a formulação das políticas públicas da educação inclusiva.

A Política Nacional de Educação Especial surge em 1994 no sentido de orientar esse processo de integração instrucional que dá acesso às pessoas com necessidades especiais em salas comuns do ensino regular. A educação, porém, mantém a mesma responsabilidade na aprendizagem do ensino regular.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), no artigo 59, indica que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências e; a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar. Também define, dentre as normas para a organização da educação básica, a “possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado” (art. 24, inciso V) e “[...] oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames” (art. 37).

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, determinam que os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo à escola organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (MEC/SEESP, 2001).

Outra iniciativa criada pelo Ministério da Educação foi o Programa Educação Inclusiva no ano de 2003, que preconizava o direito à diversidade, procurando transformar os sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, promovendo acessibilidade a todos.

O Programa Brasil Acessível foi implementado em 2004 com o objetivo de promover e apoiar o desenvolvimento de ações que garantam a acessibilidade a pessoas com deficiência ou com mobilidade diminuída. O referido programa surgiu a partir do Decreto nº 5.296/04, que regulamentou as leis nº 10.048/00 e nº 10.098/00.

Foi criado, no ano de 2007, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que visa melhorar o acesso a prédios escolares, melhorar os recursos de salas de aula, e especializar os docentes que irão realizar o atendimento educacional. No mesmo ano, o Decreto nº 6094/2007 constituiu a garantia aos alunos com necessidades especiais para que tenham acesso e permanência no ensino regular e que possam ter atendimento especializado de acordo com suas deficiências, nas escolas públicas.

Leis, decretos e portarias surgem de forma a regularizar o ensino especial, efetivando a inclusão das pessoas com deficiências na escola, no ensino regular e que se mantenham até o ensino superior, onde poderão profissionalizar-se e terem acesso ao mercado de trabalho, e terem uma vida mais digna e produtiva. As leis existem, porém, ainda é observado um atraso na efetivação do que está previsto nos aparatos legais

(MIRANDA, 2019).

No caso da atual LDBEN, no art. 59, traz a proposição de que os sistemas de ensino assegurem o currículo, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender as necessidades de alunos especiais. Acerca disso, Sacristán (2017, p. 98) aborda que:

[...] o currículo não pode ser entendido à margem do contexto no qual se configura e tampouco independentemente das condições em que se desenvolve; é um objeto social e histórico e sua peculiaridade dentro de um sistema educativo é um importante traço substancial. Estudos academicistas ou discussões teóricas que não incorporem o contexto real no qual se configura e desenvolve levam à incompreensão da própria realidade que se quer explicar.

Como visto, o currículo deve ser adequado a cada necessidade específica. A realidade das crianças com down possui algumas especificidades se comparadas a outras necessidades especiais, por isso não se pode pensar uma grade curricular geral, como se a metodologia desse certo para todos. Como a autora supracitada destaca, o ensino deve ser contextualizado. Assim, a inclusão favorecerá as crianças com necessidades especiais, mas, para um melhor aproveitamento, é necessário que o docente mude sua prática de trabalhar com os alunos com síndrome de *down*.

Um desafio encontrado na inclusão escolar de alunos com Down está presente no ensino superior, já que uma pequena parte desses alunos chegam a esse nível de ensino.

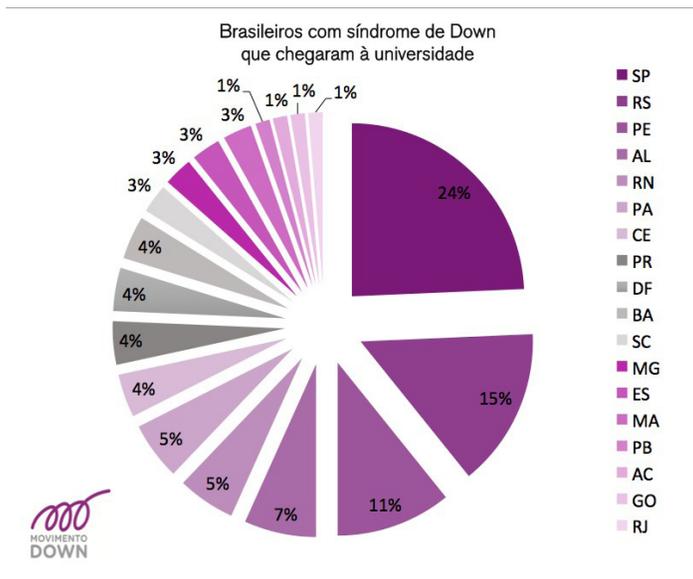


Figura 1 – brasileiros com síndrome de down na universidade até o ano de 2014

Disponível em: <http://www.movimentodown.org.br>

Como visto imagem acima, até o ano de 2014 poucas pessoas com síndrome de down chegaram ao ensino superior. Inclusive, um aspecto nos chamou a atenção é o fato de o estado do Piauí não estar nas estatísticas, o que quer dizer que, infelizmente, não há inclusão desses alunos nesse espaço escolar. Isso demonstra também uma espécie de déficit no ensino regular, o que provavelmente indica um ensino excludente desse público.

Apenas três estados apresentam uma inclusão parcial desses alunos, já que a porcentagem ainda é muito baixa: São Paulo, Rio Grande do Sul e Pernambuco. No caso do Piauí, ainda carece bastante de discussão nesse sentido, para que essas pessoas tenham seus direitos, principalmente educacionais, assegurados.

2.3 Desafios da participação familiar na inclusão escolar de alunos com síndrome de down

A família é a primeira instância socializadora com na qual a criança tem contato, por isso, sua participação no processo educativo é de grande relevância, já que a educação familiar precede a educação formal oferecida pela escola. Essa participação no processo de inclusão escolar torna-se mais relevante no contexto da criança com S.D.

No entanto, a família precisa passar por um acompanhamento especializado, devendo ser atendidos logo após o nascimento da criança com S.D, recebendo orientações sobre o seu desenvolvimento, como lidar com essa criança, pois somente assim a ansiedade da família diminui significativamente e facilita a busca pela inserção da criança na sociedade (CARSWELL, 1993).

Nesse processo, a família tem o fundamental papel de ajudar a criança a ser inserida na sociedade juntamente com a sua evolução cognitiva, com a ajuda de profissionais como: fisioterapeutas, psicólogos, professores e assistentes sociais, que têm uma grande responsabilidade ao lidar com essas crianças. Muitos pais de crianças com S.D apresentam comportamento de evitar o contato do filho com o mundo externo ao lar por medo de sofrerem discriminação.

No contexto brasileiro, a dificuldade de integração das pessoas que nascem com S.D é reforçada pelo desconhecimento dos seus direitos, conforme estabelece a legislação brasileira, como da existência desde o dia 3 de janeiro de 2016, o Estatuto das Pessoas com Deficiência (EPD) está em vigor no Brasil. Chamada de Lei Brasileira de Inclusão, foi instituída pela lei nº. 13.146 no dia 6 de julho de 2015², após mais de 12 anos de tramitação no Congresso Nacional.

Dessa forma, na inserção dessas crianças na sociedade, a família constitui o agente fornecedor de condições para que o processo de construção equilibrado e harmonioso proporcione a ela meios de se individualizar e florescer como ser único no mundo (RAMOS *et. al.*, 2006).

² Link para a lei: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em 29 de abril de 2020.

Ramos et.al (2006) abordam que o ambiente da criança com S.D deve ser constantemente estimulador e a família deve estar constantemente atenta para o seu papel de fornecedora desses estímulos, pois quando todos agem em conjunto, os resultados podem ser significativos e a criança deficiente chega a um nível elevado de suas capacidades.

Segundo Aranha (2002), a família é responsável por preparar os filhos para agir dentro do meio social. Até os dias de hoje é ela que transmite, avalia e interpreta a cultura para a criança, assim como proporciona a base para que ela possa desenvolver o aprendizado nas instituições educacionais. Neste sentido, Lakatos (1999, p. 225) afirma que “tal constatação também é válida para sociedades em revolução: não é a escola que a inicia, mas é ela que tem a responsabilidade de consolidá-la, transmitindo aos alunos novos valores”.

Em parceria com a família, a escola constitui um importante espaço para a formação. Esta última deve proporcionar que a educação trazida dos lares seja continuada em seu espaço. De acordo com Nérici (1972, p. 12):

A educação deve orientar a formação do homem para ele poder ser o que é, da melhor forma possível, sem mistificações, sem deformações em sentido de aceitação social. Assim, a ação educativa deve incidir sobre a realidade pessoal do educando, tendo em vista explicitar suas possibilidades, em função das autênticas necessidades das pessoas e da sociedade (...). A influência da família, no entanto, é básica e fundamental no processo educativo do imaturo e nenhuma outra instituição está em condição de substituí-la (...) A educação para ser autêntica, tem de descer a individualização, à apreensão da essência humana de cada educando, em busca de suas fraquezas e temores, de suas fortalezas e aspirações (...) O processo educativo deve conduzir à responsabilidade, liberdade, crítica e participação.

Ainda segundo Tiba (2002), a escola, ao perceber qualquer dificuldade com seu aluno, também poderia chamar os respectivos pais e implantar um trabalho em conjunto. Juntos, pais e escola podem combinar os critérios educativos levando em conta as duas mãos, a do coração (afeto e sentimento) e a da cabeça (razão, pensamento), dos três personagens mais importantes da educação da criança: família, aluno e escola.

Fontoura (1970, p. 254) esclarece que:

A família já perdera sua função religiosa, para a Igreja; sua função judiciária para os Tribunais; sua função educacional, para Escola e para o Estado. Ela perde agora a própria guardiã do lar – a esposa, a mãe – obrigada também a lutar pela vida e a contribuir com o seu salário para a manutenção da casa, porque a existência está cada vez mais cara e o marido não ganha o suficiente. Compelida a esposa, pelo imperativo econômico, a passar o dia fora de casa no trabalho, também os filhos têm que ser o mais cedo possível entregues à escola [...].

Dessa forma, ainda é preciso muito mais por parte do Estado, da escola e principalmente das famílias, pois todos precisam trabalhar em conjunto para que seus futuros cidadãos sejam formados corretamente e que nenhum coloque a culpa no outro, evitando um ensino-aprendizagem defasado e que só prejudique ao educando, evitando uma futura sociedade desajustada e sem controle ético, motivada pela falsa impressão de “que se está educando”.

De acordo com Oliveira (2001), a educação tem a finalidade de transmitir a cultura, adaptar os indivíduos ao meio social e desenvolver suas potencialidades e como consequência promover o próprio desenvolvimento da sociedade. A criança, desde que nasce, inicia o progresso de socialização na instituição familiar e, à medida que cresce, aprende as regras de comportamento do grupo em que nasceu. E a educação vem para completar e aprimorar este progresso.

Segundo Aranha (2002, p. 72), com os avanços socioeconômicos, houve a necessidade “da Escola como instrumento de transmissão do saber acumulado, embora restrito a alguns”, que é responsável por proporcionar uma educação sistematizada, onde os elementos considerados essenciais para transmissão aos indivíduos são submetidos a uma seleção por profissionais especializados e estabelecidos para estarem exercendo específicas funções.

Segundo Lakatos (1999), a herança cultural exercida de maneira organizada e intencional tem como objetivo a promoção de conhecimentos intelectuais, morais e a consecução de metas por meio da educação Formal. Neste tipo de educação, encontra-se o propósito de contribuir nos moldes preparados pela sociedade e isto só poderá ser alcançado se conter definidos métodos de ensino, contendo em suas ações os objetivos específicos da educação.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto ao longo desse trabalho, no que concerne à educação especial e ao currículo para o discente com Síndrome de Down, é necessário que diversos ajustes sejam feitos, buscando se adequar às especificidades de cada um, devendo estes serem adaptados por bimestre de acordo com as necessidades do aluno, pois, alguns deles já vêm para a escola com um acompanhamento precoce.

Dessa forma, é preciso adaptar o currículo como, por exemplo, a redução de conteúdos, e fazer com que as atividades propostas sempre tenham significado para o discente, que elas sejam contextualizadas e voltadas para as necessidades especiais dos alunos.

Para facilitar a acessibilidade e favorecer a aprendizagem do aluno com Síndrome de Down, é necessário que haja participação familiar junto à escola, incentivando e acreditando no potencial dos alunos. É importante, portanto, que a turma que o aluno

estude seja reduzida, para que os docentes possam atender a todos de forma igualitária sem atrasos de conteúdos; uma monitora em sala seria o ideal, pois, o aluno com Síndrome de Down necessita de atenção mais especializada.

Percebemos, ainda, que o principal desafio diante das possibilidades prescritas nas políticas curriculares é fazer a ligação entre teoria e prática. Por conta disso, é necessário que os docentes tenham conhecimento das diversas possibilidades apresentadas pela política curricular e passem por capacitações, para colocarem em prática graduais e progressivas adequações do currículo.

A partir desse ponto, temos a resposta ao objetivo geral desse trabalho, pois a educação especial e contextualizada ajuda no desenvolvimento da criança com síndrome de down, no entanto, esta forma de ensino ainda não é colocada devidamente em prática por diversos fatores.

Enfim, a Educação Especial é denominada tanto uma área de conhecimento quanto um campo de atuação profissional. De modo geral, ela lida com os métodos de ensino e aprendizagem que não têm sido trabalhados de forma integral, em sistema educacional regular, porém, tem sido discutido nas últimas duas décadas, devido ao movimento de educação inclusiva.

É esse novo enfoque na alteridade, no respeito às diversidades, que fará toda diferença no cenário da inclusão social das pessoas com necessidades especiais. Assim, uma nova ética se impõe, conferindo a todas as pessoas igualdades de valor e de direitos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Vera Lucia Rodrigues; PACHECO, Katia Monteiro de Benedetto. A história da deficiência, da marginalização à inclusão social: Uma mudança de paradigma. **Revista Acta Fisiátrica**, São Paulo, v. 14, n.4, 2007.

ARANHA, M. L. A. **Filosofia da educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Organização dos textos, notas remissivas e índices por Juarez de Oliveira. 6a Edição atualizada e ampliada. São Paulo: Saraiva, 1996.

_____. Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994.

_____. Decreto nº. 3.298 de 20 de dezembro de 1999. Brasília: Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1999.

_____. Política Nacional de Educação Especial. Brasília: Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Especial, 1994.

_____. Lei no 10.172, 9 de janeiro de 2001. **Plano Nacional de Educação**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 10 jan. 2001.

BUENO, J. G. S. A inclusão de alunos deficientes nas salas comuns do ensino regular. In: **Temas sobre desenvolvimento**. V.9, n54, p.21-27, 2003.

CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1995.

CARSWELL, Wendy Ann. Estudo da assistência de enfermagem a crianças que apresentam Síndrome de Down. **Rev. Latino-Am. Enfermagem** v.1 n.2, Ribeirão Preto jul. 1993.

FONTOURA, Amaral. **Introdução à sociologia**. 5. ed. Porto Alegre: Globo, 1970.

JÚNIOR, Lanna, Mário Cléber Martins (Comp.). **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. 443p.: il. 28X24 cm.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Sociologia geral**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LIMA, A. O. M. N. Breve histórico da psicologia escolar no Brasil. **Psicologia-argumento**, Curitiba, v. 23, n. 42, p. 17-23, Jul-Ago. 2005.

MARTINS, Rosilene M. **Direito à educação**: aspectos legais e institucionais. Rio de Janeiro, Letra legal: 2004.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **A Educação especial no Brasil**: da Exclusão à Inclusão Escolar. Disponível em: <<http://www.lite.fe.unicamp.br/cursos/nt/ta1.3.htm>> Acesso em: 1 de abril de 2021.

MENDES, E. colaboração entre o ensino regular e especial: o caminho do desenvolvimento pessoal para a inclusão escolar. In: MANZINI, E. **Inclusão e acessibilidade**. Marília, 2006/2001 A, p.29-41.

MIRANDA, Edna Maria de. A Prática Pedagógica com Alunos com Síndrome de Down nos Anos Iniciais. In: **Psicologado**, [S.l.]. (2019). Disponível em <https://psicologado.com.br/atuacao/psicologia-escolar/a-pratica-pedagogica-com-alunos-com-sindrome-de-down-nos-anos-iniciais> . Acesso em 1 Mai 2020.

NÉRICE, Imídeo G. **Lar, escola e educação**. São Paulo: Atlas, 1972.

OLIVEIRA, Pêrsio S. de. **Introdução à sociologia**. 24. ed. São Paulo: Ática, 2001.

RAMOS, Acaciane et al. A convivência da família com o portador de Síndrome de Down à luz da Teoria Humanística. **Revista Brasileira de Enfermagem**. Rev. Bras. Enfermagem 2006 maio-jun; 59(3): 262-8.

SACRISTÁN, J. G. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. Porto Alegre: Penso, 2017.

SASSAKI, R. inclusão: paradigma do século XXI. **Revista inclusão**, Brasília, v.1, n1,, 2007.

_____. **Salto para o futuro. Educação especial. Tendências atuais.** Secretaria de educação à distância. Brasília: SEED, 1999.

_____. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro. WVA, 1997.

TIBA, Içami. **Quem ama educa!** 78. ed. São Paulo. 2002.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alunos 6, 7, 8, 9, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 30, 32, 34, 49, 51, 52, 56, 59, 60, 61, 62, 63, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 93, 94, 96, 100, 104, 105, 106, 107, 109, 113, 114, 117, 118, 119, 123, 129, 130, 131, 133, 134, 136, 140, 141, 157, 158, 159, 160, 163, 170, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 179, 181, 182, 183, 184, 186, 187, 188, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 198, 199, 200, 201, 205, 212, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 223, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 259, 273, 274, 275, 279, 280, 281, 282, 284, 285, 287, 293, 294, 298, 299, 301, 302, 303, 309, 310, 311, 312, 318, 320, 321, 322, 323, 324, 326

Avaliação 6, 8, 4, 7, 10, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 49, 51, 103, 119, 120, 121, 123, 146, 153, 155, 159, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 195, 196, 205, 207, 215, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 239, 252, 275, 284, 285, 294, 304, 308

Avaliação Diagnóstica 8, 4, 177, 179, 183, 184, 185, 187

Avaliação Escolar 8, 15, 17, 18, 19, 22, 23, 25, 26, 27, 189, 190, 191

C

Currículo 20, 23, 27, 46, 47, 56, 90, 91, 93, 94, 95, 96, 98, 100, 104, 106, 111, 182, 183, 189, 192, 194, 196, 197, 202, 208, 211, 217, 274, 309, 310, 320, 321, 324, 325, 326

D

Deficiência Intelectual 7, 83, 114, 125, 127, 129, 202, 244, 303

Desigualdades Educacionais 9, 233, 238

Diferença 6, 11, 19, 23, 25, 27, 28, 32, 37, 38, 57, 118, 173, 179, 194, 225, 227, 228, 229, 236, 238, 262, 325, 332

Direitos Humanos 9, 123, 145, 166, 201, 208, 260, 261, 264, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 277, 326, 334

Direito social 6, 40, 47, 48, 268

E

Educação Básica 1, 2, 11, 13, 40, 48, 49, 50, 51, 53, 56, 64, 79, 80, 86, 87, 93, 95, 98, 114, 117, 118, 122, 177, 179, 180, 181, 188, 244, 274, 306, 320, 328, 334

Educação de órfãos 6, 65, 70, 75

Educação Inclusiva 6, 9, 18, 23, 26, 28, 39, 51, 55, 79, 80, 82, 83, 84, 88, 90, 93, 94, 99, 100, 117, 118, 122, 123, 124, 126, 132, 167, 171, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 200, 201, 202, 214, 215, 216, 217, 230, 232, 244, 246, 259, 273, 274, 278, 302, 304, 305, 307, 312, 314, 315, 320, 325

Educação Infantil 9, 22, 48, 49, 50, 83, 87, 88, 95, 140, 179, 233, 237, 241, 242, 246, 247, 254, 302, 318

Enem 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13

Ensino Híbrido 4, 11

Ensino Superior 7, 10, 3, 28, 30, 31, 45, 46, 51, 52, 112, 113, 117, 119, 120, 121, 122, 124, 191, 202, 209, 212, 232, 259, 265, 287, 288, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 320, 321, 322

Escola Pública 7, 3, 10, 42, 101, 108, 157, 246, 247, 274, 275

Escolas Comuns 6, 15, 199

Estabelecimentos Prisionais 208, 211

I

Instrumentos Avaliativos 6, 15, 16, 19, 23, 25

L

Legislação 10, 17, 41, 42, 49, 66, 74, 79, 90, 91, 93, 98, 110, 118, 160, 163, 168, 232, 260, 279, 281, 298, 302, 314, 322

Linguagem Adaptativa 7, 90, 91, 93, 95, 97, 98

M

Materiais Didáticos 9, 199, 214, 217, 225, 226, 227, 230

Mediação 9, 11, 26, 27, 36, 82, 91, 108, 111, 123, 124, 157, 158, 161, 163, 165, 188, 201, 244, 246, 247, 248, 249, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 282, 290, 299, 304

P

Perspectiva Histórico-Cultural 7, 125, 128, 129, 130, 131

Pessoa com Deficiência 6, 54, 55, 59, 60, 61, 62, 63, 90, 91, 92, 95, 100, 119, 120, 121, 123, 125, 127, 128, 129, 131, 176, 230, 274, 279, 302, 304, 311, 312, 316, 318, 326

Processo de aprendizagem 6, 11, 15, 16, 17, 18, 84, 179, 185, 187, 200, 233, 234, 244

Processo de Inclusão 7, 9, 18, 30, 33, 86, 90, 91, 93, 97, 114, 172, 201, 202, 244, 273, 281, 309, 314, 315, 322

Produção de conhecimento 9, 58, 145, 148, 280, 281, 287, 298

Proteção Escolar 8, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165

R

Recursos Multifuncionais 9, 199, 200, 201, 202, 273, 275, 278

S

Sala de Recursos 8, 9, 190, 191, 194, 199, 200, 201, 202, 273, 274, 275, 278, 279, 328, 329, 332

Saúde mental 7, 31, 133, 134, 137, 139, 142, 143

Sexualidade 5, 7, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 299, 334

Síndrome de Asperger 9, 89, 244, 246, 247, 248, 255, 258, 259, 304, 311

Síndrome de Down 10, 314, 315, 321, 322, 324, 325, 326

Surdos 6, 9, 15, 16, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 99, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 122, 123, 124, 280, 281, 284, 287, 291, 294, 298, 299, 300, 319

T

Transgressão 7, 28, 30, 133, 135, 142

Transtorno do Espectro Autista 7, 10, 78, 83, 86, 87, 167, 176, 244, 248, 274, 301, 302, 303, 305, 306, 307, 312

Tutelados 6, 65, 66, 67, 69, 70, 75

Tutores 6, 65, 66, 67, 69, 71, 72, 75, 76

V

Vygotsky 36, 39, 83, 89, 91, 92, 93, 95, 100, 176, 258, 259, 313

EDUCAÇÃO: MINORIAS, PRÁTICAS E INCLUSÃO 2

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

EDUCAÇÃO: MINORIAS, PRÁTICAS E INCLUSÃO 2

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br